

Comissão Especial do Plano Diretor
PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Histórico resumido da tramitação

DATA	EVENTO
04/06/1992	Sancionada a Lei Complementar nº 16/92 – Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro
10/07/2001	Sancionada a Lei nº 10257/2001 – Estatuto da Cidade
05/10/2001	Apresentado à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 – Plano Diretor
19/12/2001	Emitido parecer pela constitucionalidade, pela Comissão de Justiça e Redação, ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor
19/03/2002	Emitido parecer favorável, pela Comissão de Administração, ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor
04/07/2002	Promulgada a Emenda nº 12 à Lei Orgânica (o Plano Diretor passa a receber parecer de Comissão Especial)
27/11/2002	Emitidos pareceres favoráveis pelas demais Comissões Permanentes (parecer oral) ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor
14/04/2003	Designada a 1ª Comissão Especial do Plano Diretor
24/02/2005	Instalada a 2ª Comissão Especial do Plano Diretor, criada pela Resolução Plenária nº 995/2005
15/04/2005 a 18/05/2005	Realização de seminários temáticos sobre o Plano Diretor
21/09/2005	Instalada a 3ª Comissão Especial do Plano Diretor, criada pela Resolução Plenária nº 1016/2005
15/12/2005	Aprovado em 1ª discussão o Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 – Plano Diretor (1)
06/01/2006	Recebimento, pela Câmara Municipal, de Relatório do IPP com informações para subsidiar a discussão do Plano Diretor
12/04/2006	Instalada a 4ª Comissão Especial do Plano Diretor, eleita em Plenário em 05/04/2006

21/06/2006	Apresentado pela Comissão Especial o Substitutivo nº 1 ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor (com origem no COMPUR)
10/08/2006	Retirado em definitivo o Substitutivo nº 1
10/08/2006	Apresentado por diversos Vereadores o Substitutivo nº 2 ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor
18/10/2006	Apresentado pelo Poder Executivo o Substitutivo nº 3 ao PLC nº 25/2001 – Plano Diretor
24/10/2006	Enviado ao arquivo o Substitutivo nº 2
06/11/2006	Emitido parecer pela constitucionalidade, pela Comissão de Justiça e Redação, ao Substitutivo nº 3
13/12/2006	Promulgada a Resolução nº 1052/2006, que estabelece procedimentos especiais para a tramitação do Plano Diretor (2)
01/01/2007 a 30/04/2007 (3)	Realizadas audiências públicas pelas Comissões Permanentes, para discussões temáticas do Plano Diretor
02/05/2007 a 29/06/2007 (3)	Realizadas audiências públicas pela Comissão Especial para discussão do Plano Diretor
02/05/2007 a 14/09/2007 (3)	Recebidas as emendas dos Vereadores e sugestões das entidades da sociedade civil, ao Substitutivo nº 3
29/05/2007	Contratada a equipe da UERJ para apoiar a Câmara na análise das emendas e substitutivos (prazo: 120 dias)
10/10/2007	Encaminhado, pela equipe da UERJ, o 3º e último relatório consolidando as análises técnicas e jurídicas sobre as emendas
14/03/2008 (3)	Data limite para apresentação do parecer conjunto da Comissão Especial e Comissão de Justiça (prorrogado <i>sine die</i>)
10/03/2009	Instalada a 5ª Comissão Especial do Plano Diretor, eleita em Plenário em 05/03/2009
29/06/2009	Promulgada a Resolução nº 1144/2009, que garante o funcionamento da Comissão Especial do Diretor durante o recesso
20/07/2009	Realizada, na Câmara Municipal, apresentação do Prefeito sobre o posicionamento do Poder Executivo sobre o Plano Diretor

01/09/2009	Apresentação, pelo Poder Executivo, de 45 emendas ao Substitutivo nº 3
14/09/2009 a 06/10/2009	Realização de audiências públicas temáticas na Câmara Municipal
24/09/2009	Aprovado em 1ª discussão o Projeto de Resolução nº 25/2009, que altera a Resolução nº 1052/2006 e abre novo prazo para emendas

(1) O PLC nº 25/2001 – Plano Diretor, tendo sido já aprovado em 1ª discussão, só será submetido em Plenário à 2ª discussão (votação do Substitutivo nº 3, que foi o último apresentado – as emendas são apresentadas a este Substitutivo).

(2) A Resolução nº 1052/2006 sofreu várias alterações e permanece em vigor, mantendo suspensa a tramitação do PLC nº 25/2001 – Plano Diretor até que a Comissão Especial analise o trabalho realizado pela equipe da UERJ e emita o parecer.

(3) prazo estabelecido pela Resolução nº 1052/2006